|  |
| --- |
|  **CHECK-LIST DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO** |
|  | **ATENÇÃO: Caso uma ou mais respostas sejam “NÃO”, deverá a autoridade encaminhar o termo aditivo e o processo administrativo de prorrogação contratual para análise da Procuradoria.** | Sim,Não, ouNão se aplica? | Doc. Sei nº |
| 1 | Trata-se de um contrato de locação de imóvel em que a locatária é órgão da Administração Pública? |  |  |
| 2 | O contrato **não** atingiu o prazo máximo de vigência previsto no contrato de locação? |  |  |
| 3 | Está prevista a possibilidade de prorrogação contratual no contrato de locação? |  |  |
| 4 | Estão previstas, de maneira expressa, as datas de início e término da vigência contratual nos aditivos anteriores? |  |  |
| 5 | Os termos aditivos de prorrogação já celebrados foram assinados quando ainda vigente o contrato, de tal modo que se pode afirmar que não houve solução de continuidade? |  |  |
| 6 | Há justificativa formal e autorização prévia da autoridade superior para a prorrogação de vigência contratual? |  |  |
| 7 | Há manifestação do contratado de interesse na prorrogação do prazo de vigência contratual? |  |  |
| 8 | Foi juntada certidão de matrícula atualizada do imóvel? |  |  |
| 9  | O imóvel locado mantém as condições que o levaram a ser contratado diretamente, por dispensa ou inexigibilidade? |  |  |
| 10 | Consta dos autos o Programa de Necessidades do Órgão, com base nos parâmetros contidos no artigo 4º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, firmado pelos responsáveis e aprovado pela autoridade competente? |  |  |
| 11 | Foi observado o disposto nos artigos 2º, 3º e 5º do Decreto nº 10.193/2019, juntando-se a respectiva autorização? |  |  |
| 12 | Foi realizada pesquisa de preços? |  |  |
| 13 | Com base na pesquisa de mercado, foi justificada a vantajosidade da permanência da repartição pública no imóvel? |  |  |
| 14 | Foi realizado comparativo entre os valores encontrados no mercado e o preço contratado? |  |  |
| 15 | Foi juntada consulta atualizada junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) sobre a inexistência de imóvel próprio da União com as características demandadas pelo órgão? |  |  |
| 16 | Foi verificado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) se há viabilidade de que a locadora seja contratada pela Administração, sem prejuízo da consulta ao Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN), de que trata o inciso III do artigo 6º c/c o artigo 8º da Lei n 10.522/2002 bem como deve ser juntada a Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos obtida perante o TCU? |  |  |
| 17 | Foi acostada aos autos a declaração de disponibilidade orçamentária, com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa e registro de reserva de recursos? |  |  |
| 18 | Foi juntada aos autos a declaração prevista no artigo 16, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal OU a presente contratação se enquadra nos termos da ON n° 52/2014, da Advocacia Geral da União? |  |  |
| 19 | Consta dos autos consulta atual à SPU a fim de demonstrar que não existem imóveis disponíveis na região e que ainda persiste a hipótese prevista no artigo 24, X, da Lei 8666/93? |  |  |
| 20 | Foi juntada declaração de inexistência de vínculo de parentesco (vedação ao nepotismo), tendo em vista o entendimento exarado no Acórdão 1785/2003 da Segunda Câmara – TCU? |  |  |
| 21 | O contrato e os respectivos aditivos integram um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado ou autenticado, contendo cada volume, se for o caso, os respectivos termos de abertura e encerramento? |  |  |
| 22 | O termo aditivo foi elaborado de acordo com a versão mais atualizada da minuta padrão constante do Parecer Referencial CCA/PGFN n° 07/2021? |  |  |

Local, data.

Assinatura equipe/cargo/função